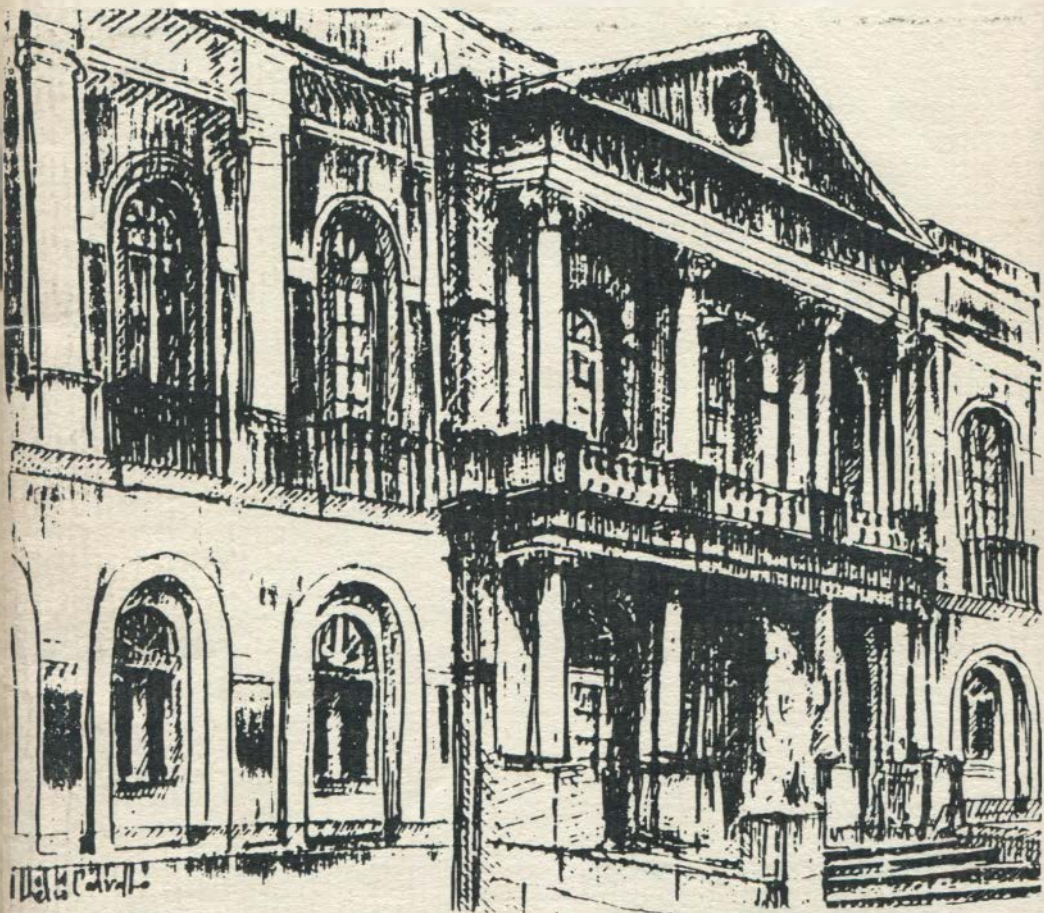


BOLETIM DE CONJUNTURA

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

VOLUME 10 Nº 3 MÊS outubro ANO 1990



Universidade Federal do Rio de Janeiro

EDITORIAL

A ABERTURA E O SEU AVESSO

A abertura da economia brasileira ao exterior é hoje encarada como uma espécie de imperativo, contra o qual, aliás, nenhuma força ou movimento social tomou posição. Convém no entanto - por razões que deverão ficar claras no que segue - submeter a impressionante bateria de argumentos esgrimidos em seu favor ao benefício da dúvida. É o que passamos a fazer, começando pela sumária recapitulação destes argumentos:

- a abertura seria, antes de mais nada, uma condição (quase sinônimo) da integração ao mundo desenvolvido;
- a abertura também seria uma condição da modernização econômica - tão necessária após anos a fio de estagnação e retrocesso, durante os quais o mundo desenvolvido teria atravessado mudanças revolucionárias. Vista sob este prisma, ela deve pois ser entendida como recurso através do qual o país passaria a enfrentar a ineficiência que tomou conta de sua economia;
- nas circunstâncias atualmente atravessadas pela economia brasileira, de combate sem trégua à inflação, a abertura surge ainda como uma poderosa arma para coibir a alta incessante e abusiva dos preços;
- dado tudo o que precede, compreende-se que a abertura constituiria, em última análise, um condicionante fundamental da própria retomada do crescimento;
- finalmente, e como se não faltasse mais nada, a abertura vem sendo apontada como capaz de induzir a redistribuição da renda. Através dela seria pois (também) enfrentado o inimigo número um desta economia, desta sociedade, e (porque não acrescentar?) da própria consolidação da democracia.

Diante desta impressionante lista de atributos, um primeiro comentário é inescapável: feliz aquele que encontra, numa só mudança, a solução de tantos problemas! Isto posto, seria talvez útil indagar se as conseqüências atribuídas à abertura independente da estrutura, do estágio de desenvolvimento industrial e de outras características da economia que será exposta à competição internacional. Com esta preocupação em mente, indagamo-nos a seguir sobre os presumíveis impactos da abertura em duas economias de características deliberadamente contrastantes. Ao fazê-lo, percorreremos a listagem anterior de baixo para cima.

Tomemos primeiramente o caso de uma economia de industrialização apenas incipiente, cujo governo, visando superar o passado (e afirmar-se politicamente), tratou de realizar grandes obras e implantar modernas indústrias. Ao fazê-lo, relegou as atividades tradicionais a um plano secundário, sendo as políticas creditícia, cambial e tarifária concebidas e administradas em função das metas que simbolizam o ingresso numa nova era. Suas vantagens comparativas frente ao exterior encontram-se, em conseqüência, praticamente anuladas. Em tais circunstâncias a abertura significa, antes de mais nada, que as atividades deliberadamente promovidas e artificialmente sustentadas, deixarão de submeter a política econômica às suas "necessidades" (possivelmente crescentes). Terão, pelo contrário, de submeter-se à realidade do mercado - o que possivelmente lhes imporá mudanças e, eventualmente, algum tipo de retrocesso. As atividades tradicionais, em compensação - autenticamente dotadas de vantagens no plano internacional - poderão ser altamente beneficiadas. Como, caracteristicamente, elas empregam massivamente mão de obra, e além disto, abrigam numerosas oportunidades para os pequenos negócios, é lícito inferir que a abertura traz consigo condições propícias à melhoria da distribuição da renda. É importante frisar que neste caso (1), empreendimentos altamente capital-intensivos e, provavelmente, muito concentrados quanto à propriedade dos ativos, cederão lugar, em decorrência da abertura, a atividades intensamente absorvedoras de mão-de-obra e (possivelmente)

(1) Construído sob inspiração dos argumentos de Deepak Lal em "A pobreza das teorias desenvolvimentistas". Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1987.

dotadas de maior porosidade no que toca ao aproveitamento dos talentos locais.

Passemos ao segundo caso. Estamos agora diante de um país que constituiu, ao longo de algumas décadas, uma ampla e diversificada estrutura industrial. O processo de industrialização culminou com a montagem de um bloco de indústrias capital-intensivas. Este novo bloco revela-se, em geral, competitivo no plano internacional. Contrariamente, numerosas atividades, altamente empregadoras de trabalhadores, implantadas nos últimos decênios, não se mostram capazes de enfrentar a competição internacional. Em suma; apesar de sua baixa renda média per capita e da abundância incontestada de trabalhadores, o país produz aço, petroquímicos básicos, celulose, alumínio e outras commodities industriais em condições competitivas, mas, no campo das indústrias tradicionais como vestuário, calçados, utensílios do lar ou brinquedos, bem como em importantes segmentos da indústria de duráveis, não tem como enfrentar os mais agressivos competidores ao nível internacional. Se a onda importadora daí resultante (em decorrência da abertura) se traduzir em crises cambiais e/ou desvalorizações, a gravidade da situação assim criada não será facilmente contornada. Primeiramente, porque os desníveis de competitividade no plano interno são muito acentuados; além disto, porque a superioridade dos novos campeões (asiáticos, em regra, nas condições atuais) é brutal.

Tendo presente o que precede, é lícito pensar que aos benefícios derivados da abertura pelos consumidores, contrapõem-se, no segundo caso, os danos causados pela perda de postos de trabalho - não sendo preciso acrescentar que, para a grande maioria dos indivíduos, o emprego tem precedência sobre o consumo... Além disto, a parte mais atingida da economia consistiria numa vasta gama de atividades industriais (empresas, plantas e seções) em regra desatualizadas e onde tendem a estar alojados os trabalhadores em piores condições. Em tais condições, convém frisar, o movimento só beneficiaria genericamente os trabalhadores, no caso altíssimamente improvável em que a demanda de mão-de-obra resultante da

expansão das indústrias capital-intensivas (2) e de uns poucos campeões situados em outros setores, compensasse a perda de postos de trabalho ocorrida nas demais indústrias. Supor, por outro lado, que a redução do emprego e a reconcentração da propriedade no campo industrial - de conseqüências obviamente adversas para a distribuição da renda - serão compensadas por mudanças que deverão ocorrer na agricultura e nos serviços é francamente infundado.

Contemplemos agora, sumariamente, o penúltimo item da listagem de que partimos.

Para que o país volte a crescer, a retomada dos investimentos orientados para a ampliação das instalações e para a criação de novas plantas é indispensável - e para que isto se dê, admite-se hoje, é preciso controlar a inflação. Admitidas ambas as proposições, é importante acrescentar que não é fácil ir além da substituição de equipamentos e da troca de fornecedores domésticos por externos, num quadro marcado pela invasão de novos produtos e pela completa mudança das possibilidades de aprovisionamento. O mero dilema "o que produzir" x "o que importar" deverá revelar-se, durante algum tempo, bastante inibidor. Some-se a isto, o fato de que pelo menos durante a fase de estabilização (e consolidação da estabilidade), os juros deverão permanecer elevados. Tomadas estas ponderações em seu conjunto, fica-se com a impressão de que a abertura em si, longe está de assegurar a retomada do crescimento. Evidentemente, outro poderá ser o quadro, se ela for acompanhada de políticas capazes de reduzir as incertezas, apoiar os investimentos e as exportações - como parecem desejar alguns dos formuladores da política industrial brasileira. Neste caso, porém, estaremos a grande distância da panacéia aberturista aqui discutida.

Como vimos anteriormente, um dos mais atraentes atributos da abertura residiria na sua contribuição à luta contra a inflação. Não

(2) Não nos parece cabível, seja pelo seu intrínseco irrealismo, seja pela natureza deste texto, discutir a fantasiosa hipótese segundo a qual o trabalho barato induziria a remodelagem técnica de indústrias (internacionalmente) capital intensivas.

cabe dúvida de que o anúncio da abertura, ao chamar a atenção para os preços praticados no mercado externo, favorece a contenção das expectativas. Acrescente-se o efeito da descoberta de que se pode, como consequência da abertura, comprar este ou aquele bem pela metade do preço. Estes fenômenos tendem, no entanto, a ser rapidamente absorvidos. Se, por outro lado, como resultado da abertura, aumentar a propensão a importar em descompasso com a ampliação das oportunidades de exportar, o país poderá descobrir que a taxa de câmbio é capaz de se converter num temível foco inflacionário.

O segundo argumento acima referido trata da modernização. Quanto a isto convém chamar a atenção para o fato de que o mais certo efeito da abertura é a modernização do CONSUMO - sendo interessante lembrar a este respeito, que o consumo típico do cidadão japonês era, até recentemente, seguramente menos moderno que o do cidadão (não excluído) paraguaio. Quanto à modernização produtiva, que engloba desde a especialização de empresas e a concomitante redução dos coeficientes setoriais de auto-abastecimento, até o perecimento de setores e/ou o declínio de regiões, não pode ser discutido a um alto nível de abstração, e sem que se tenha em conta diferentes prazos (curto, médio e longo) de análise.

Admitamos, por fim, que a abertura, indiscutivelmente e por definição, anexa a economia ao mercado mundial. Nunca é demais lembrar, no entanto, que os japoneses, os coreanos - e os brasileiros até 1980 - souberam valer-se de uma interação controlada com o mundo, para transformar as suas economias a ritmos até então nunca vistos e, em regra, não atingidos pelas economias passivamente integradas ao mercado mundial.

E quanto aos que apressadamente associam abertura, não apenas com boa distribuição de renda, como até mesmo com democracia, cabe recordar que durante um longo período a região escravagista do sul dos Estados Unidos defendeu ferrenhamente a liberdade de intercâmbio, enquanto o norte, berço da democracia, manteve-se como um bastião do protecionismo.

IMPRESSO Nº 111

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028

CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295

TELEX – 2121490 UFRJ BR.